

**TERMO DE REFERÊNCIA DETIC Nº 05/2021****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de licenças de Microsoft Power BI, solução de TI para publicação de trabalhos de *Business Intelligence* desenvolvidos na Susep.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

Contratação de solução de *Business Intelligence* para elaboração e publicação de relatórios, gráficos e painéis representativos dos dados da Susep, incluindo fornecimento de licenças de *software* Microsoft Power BI e sua efetiva entrega, nos termos, prazos e condições especificados neste Termo de Referência.

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Id	Descrição	CATSER	Qtde	Unidade de medida	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo (R\$)
1	Microsoft Power BI Premium P2 (Licença de uso online por 12 meses)	26077	1	Licença	R\$ 734.221,94	R\$ 734.221,94
2	Microsoft Power BI Pro (Licença de uso online por 12 meses)	26077	16	Licença	R\$ 669,09	R\$ 10.705,37
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 744.927,31

2.2. O objeto será acobertado por contrato com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei, por períodos iguais e sucessivos, em até 48 (quarenta e oito) meses.

2.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

A contratação de licenças de Microsoft Power BI encontra alinhamento estratégico nas iniciativas previstas para estabelecimento e fortalecimento da uma plataforma de *Business Intelligence* (BI) que apoie e dinamize as atividades de supervisão e monitoramento dos mercados sob a responsabilidade da Susep.

Ao final de 2019, iniciou-se a contratação da solução Power BI que atualmente está em produção e em plena utilização pela Susep, com vários profissionais já treinados e quase 30 relatórios publicados, auxiliando as diversas diretorias da Susep em sua tomada de decisão.

As licenças atualmente em uso, a saber, 1 licença Microsoft Power BI Premium P1 e 16 licenças Microsoft Power BI Pro, terão o fim de suas vigências em 30/10/2021, razão pela qual, faz-se necessário instruir nova contratação para que não haja descontinuidade no serviço e prejuízo às áreas que já se utilizam dos relatórios publicados.

A solução Microsoft Power BI pode ser descrita como se segue:

- Os usuários da Susep têm liberdade de, sem ônus, baixar, instalar e utilizar o aplicativo local da solução - Power BI Desktop. Com a ferramenta, está disponível a totalidade das funcionalidades oferecidas para o desenvolvimento de aplicativos Power BI e os resultados podem ser livremente compartilhados entre os usuários do Power BI Desktop, onde quer que estejam.
- A Susep contratará a subscrição do Microsoft Power BI Premium P2, que dá direito à utilização remota de plataforma de publicação na web dos aplicativos desenvolvidos por meio da ferramenta descrita em a).
- A Susep contratará a subscrição de licenças de Microsoft Power BI Pro, correspondente aos usuários habilitados a trabalharem de forma colaborativa e a publicarem seus aplicativos na plataforma descrita em b).

3.2. Justificativa de upgrade

Devido à crescente utilização de Power BI nesta Autarquia, o sistema vem emitindo alertas de uso de 85% da capacidade total da plataforma (vide documento SEI 1046136 onde há evidências dos alertas). Portanto, para não haver esgotamento dos recursos da solução, esta próxima subscrição ampliará a sua capacidade, de P1 para P2.

3.3. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos

1	Aprimorar a supervisão dos mercados com foco na eficiência da atuação. (PEI-SUSEP 2020/2023)
2	Aprimorar a gestão de dados e informações. (PEI-SUSEP 2020/2023)
3	Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital. (PEI-SUSEP 2020/2023)

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A148	Contratar/prorrogar licenças de software de BI	M52	Manter Infraestrutura de <i>Business Intelligence</i>

ALINHAMENTO AO PAC 2021

Item	Descrição
27	Serviço de Licença pelo uso de Software (Subscrição das licenças de Power BI Premium e Pro).

3.4. Estimativa da demanda

3.4.1. A estimativa das quantidades das licenças a serem Contratadas é:

Licença	Quantidade	Justificativa
Microsoft Power BI Premium P2	1	Em continuidade à subscrição da licença Contratada conforme o processo 15414.632467/2019-47.
Microsoft Power BI Pro	16	

3.5. Parcelamento da Solução de TIC

Não haverá o parcelamento da solução, pois as licenças deverão ser fornecidas conjuntamente, já que é necessária a entrega simultânea. Na hipótese de se permitir o parcelamento das licenças, os fornecimentos poderiam ocorrer em momentos distintos, comprometendo o caráter monolítico da solução.

Quanto ao aspecto tempo, as licenças possuem prazo certo de vigência e eventual desencontro no fornecimento traria prejuízo à Autarquia, pois a solução concebida só é efetiva quando todas as licenças estão ativas.

Ademais, quando da prorrogação, um dos fornecedores poderia não concordar, levantando a necessidade de licitação para o respectivo objeto, levantando ainda mais riscos de se ter disponível apenas uma licença, e não outra.

Dessa forma, o fornecimento de ambas as licenças por uma única empresa afasta o risco de a disponibilidade das ambas as licenças se desacoplar no tempo, preservando a efetividade da solução.

3.6. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.6.1. Com a contratação, espera-se o alcance dos seguintes benefícios:

- A disponibilização e o gerenciamento de servidor Power BI Premium na rede da Susep.
- O desenvolvimento e a publicação de aplicativos Power BI na intranet/internet.
- Maior publicidade e flexibilidade nas consultas disponibilizadas ao público interno e externo.
- Maior compartilhamento dos trabalhos de *Business Intelligence* realizados na Susep.
- Maior agilidade no acesso à informação e na tomada de decisão nas atividades de supervisão.
- Aceleração no processo de desenvolvimento de sistemas, cujos módulos de relatórios podem ser remetidos ao uso da plataforma de BI.
- Modernização da apresentação dos dados da Susep segundo as possibilidades da ferramenta.
- Continuidade da solução existente, já utilizada nos diversos setores da Susep.

3.7. Classificação dos Bens Comuns

3.7.1. O objeto a ser adquirido por meio do presente Termo de Referência possui NATUREZA COMUM, ou seja, a caracterização do objeto aqui tratado está em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de negócio:

- 1 (uma) licença Microsoft Power BI Premium P2
- 16 (dezesesseis) licenças Microsoft Power BI Pro
- Modalidade de contratação: assinatura.
- Prazo da subscrição: 12 (doze) meses, contados de data a ser indicada pela Susep na Ordem de Serviço.

4.2. Requisitos de versão:

4.2.1. As licenças deverão ser da versão correspondente à disponibilizada última *build* pela fabricante do *software*.

4.3. **Requisitos Legais:**

- 4.3.1. As licenças deverão ser genuínas em atendimento à Lei 9.609/98.
- 4.3.2. A contratação estará de acordo com a Lei nº 8.666/93, Decreto nº 10.024 de 20/09/19, Lei nº 10.520/2002, IN nº 01 SGD/ME de 04/04/2019 e suas alterações, e IN nº 05 SEGES/MPOG de 26/05/2017.

4.4. **Requisitos de Manutenção:**

4.4.1. **Tenant:**

- 4.4.1.1. Os dados do *Tenant* (container de itens da Susep no ambiente Microsoft Office 365) serão informados à Contratada na reunião inicial.
- 4.4.1.2. A Contratada deverá disponibilizar as licenças no *Tenant* da Susep, que é administrado pelo fornecedor das licenças em produção atualmente.
- 4.4.2. A administração do AD (*Active Directory*) da Susep permanecerá sob responsabilidade do atual fornecedor dos serviços de *Data Center* da Susep.

4.5. **Requisitos Temporais:**

- 4.5.1. O contrato terá vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da lei por períodos iguais e sucessivos.
- 4.5.2. A cada ciclo contratual, poderá haver a renovação das licenças para um novo período de 12 meses.
- 4.5.3. A Susep apresentará à Contratada, Ordem de Serviço ou instrumento congêneres incluindo todas as licenças de *software* objeto desta contratação (item 4.1).
- 4.5.4. A contratada disponibilizará as licenças em até 15 (quinze) dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.
 - 4.5.4.1. O prazo poderá ser estendido mediante justificativa a ser acatada a critério da Susep.
 - 4.5.4.2. O início da vigência das licenças deverá ser posterior à data de fim de vigência das licenças em produção, a saber, 30/10/2021.

4.6. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:**

- 4.6.1. As licenças de software deverão estar no idioma "pt-br", ou, não sendo possível, obrigatoriamente em inglês.

4.7. **Requisitos de Segurança:**

- 4.7.1. A solução deverá:
 - 4.7.1.1. permitir a atribuição de diferentes perfis de acesso aos usuários da plataforma.
 - 4.7.1.2. permitir o controle de acesso aos conteúdos publicados em nível de usuário.
 - 4.7.1.3. registrar trilhas de auditoria relativos ao uso da plataforma e acesso aos aplicativos.

4.8. **Requisitos de Mídia:**

- 4.8.1. A entrega das licenças deverá ser demonstrada através mecanismo de gestão centralizada de licenças disponibilizado pela Microsoft.

4.9. **Restrição de preço**

- 4.9.1. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, a que se refere a IN nº 01/2019 SGD art 2º, inc. XXVI.
 - 4.9.1.1. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que o identificador Microsoft da licença ofertada pela licitante constar do catálogo que compõe o Anexo I do Acordo Corporativo nº 8/2020 celebrado entre a Microsoft e a União (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/anexo-i-microsoft.ods/@download/file/Anexo%20I%20Microsoft.ods>)
- 4.9.2. O teor do mencionado acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>
- 4.9.3. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 01/2019 SGD/ME, art 9º §7º; art 27; e art 39-A, §1º.

4.10. **Especificação das licenças:**

4.10.1. **Licença Microsoft Power BI Premium P2:**

- 4.10.1.1. Capacidade do nó: P2.
 - I- Trata-se de qualificador Microsoft de dimensionamento dos recursos de infraestrutura de TIC disponibilizados ao signatário na nuvem Microsoft (quantidade de processadores, memória, armazenamento, quantidade de conexões às fontes de dados, etc).
- 4.10.1.2. Referência exemplificativa: AAA-55195
- 4.10.1.3. Product Description: *Power BI Premium Plan 2 Srv 12 Months*

4.10.2. Licenças Microsoft Power BI Pro:

4.10.2.1. Referência exemplificativa: AAA-12628

4.10.2.2. Product Description: *Power BI Pro p/User Cloud Srvc 12 Month Subscription*

4.11. Entrega das licenças:

4.11.1. Licenças Microsoft Power BI Premium P2:

4.11.1.1. A entrega da licença será completa mediante a disponibilização, pela contratada, da licença no *Tenant* da Susep onde atualmente opera a licença Power BI Premium em produção, assegurando a continuidade do serviço Power BI, nos termos do item 4.8;

4.11.2. Licenças Microsoft Power BI Pro:

4.11.2.1. A entrega das licenças será completa mediante a disponibilização, pela contratada, das licenças no *Tenant* da Susep onde se encontram as licenças atuais de Power BI Pro, assegurando a continuidade do serviço Power BI, nos termos do item 4.8;

4.11.2.2. A contratada deverá preservar a titularidade das licenças de Power BI Pro vigentes no momento da entrega.

4.11.3. O procedimento de aceite das licenças terá início após o cumprimento do disposto neste item 4.11.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da Contratante

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, e inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.10. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Deveres e responsabilidades da Contratada

5.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.2.1.2. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à Contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a Contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.1.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.1.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos

serviços pela Contratante;

5.2.1.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.1.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.2.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.1.11. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

5.2.1.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante.

5.2.1.13. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.2.1.14. Garantir que as licenças fornecidas sejam disponibilizadas no *tenant* da Susep no ambiente Microsoft.

5.2.1.15. Realizar o cadastro dos signatários e do preposto no sistema de processos da Susep - SEI.

5.2.1.16. Designar funcionário com a devida qualificação para executar as atividades de entrega das licenças.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. A execução do objeto, que será detalhada nos próximos itens, seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1.1. *Assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual;*

6.1.1.2. *Reunião inicial;*

6.1.1.3. *Fiscalização da execução;*

6.1.1.4. *Procedimentos de pagamento.*

6.2. A assinatura do contrato e a apresentação da garantia contratual

6.2.1. A Susep convoca a Contratada para assinatura do contrato;

6.2.2. A Contratada assina o contrato na forma indicada pela Susep;

6.2.3. A Contratada apresenta a garantia contratual conforme item 11 deste Termo de Referência.

6.3. Reunião inicial

6.3.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada será convocada para a reunião inicial. Na ocasião:

6.3.2. A Contratada apresentará o seu preposto.

6.3.3. A Contratante esclarecerá detalhes da execução e fiscalização do objeto.

6.3.4. A Contratada assinará e entregará à Contratante o Termo de Compromisso e Termo de Ciência (Anexos 3 e 4).

6.3.5. A Contratante entregará as Ordens de Serviço para a Contratada, informando a data de início da vigência das subscrições, nos termos do item 4.5.4.

6.3.6. A Contratante lavrará ata da reunião inicial, que deverá ser assinada pelos participantes, através do sistema de processos da Susep (SEI).

6.3.7. O preposto e os signatários do contrato deverão providenciar seu cadastro no sistema de processos da Susep, para fins de assinatura de documentos (usuário externo do SEI, ou outro que vier a substituí-lo).

6.3.8. O Fiscal Técnico deverá verificar a assinatura de todos os signatários previstos para Termo de Compromisso, Termo de Ciência e ata da reunião inicial.

6.4. Fiscalização da Execução

6.4.1. A Contratada disponibilizará as licenças conforme discriminado nas Ordens de Serviço e neste Termo de Referência.

6.4.2. A Equipe de fiscalização acompanhará a execução zelando pela fiel observância à Ordem de Serviço e a este Termo de Referência, atuando no processo as observações pertinentes.

6.4.3. A Contratada deverá observar o prazo de entrega das licenças fixado no item 4.5.

6.4.4. Os procedimentos de entrega deverão incluir todo o disposto no item 4 (Especificação dos Requisitos da Contratação).

6.4.5. Os procedimentos de entrega que incluam acesso ao ambiente de TIC da Susep serão acompanhados por fiscal designado da Susep.

6.4.6. A Contratada deverá apresentar evidências documentais da disponibilização das licenças de software objeto deste Termo no ambiente da Susep.

6.5. Procedimentos de pagamento

6.5.1. A execução transcorrerá na forma do item 7.5.

6.6. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Id	Descrição	Qtde	Unid.
1	Microsoft Power BI Premium P2 (Licença de uso online por 12 meses)	1	Licença
2	Microsoft Power BI Pro (Licença de uso online por 12 meses)	16	Licença

6.7. Mecanismos formais de comunicação

6.7.1. A Susep emitirá Ordem de Serviço das licenças para formalização do pedido de compra.

6.7.2. As demais comunicações se darão por e-mail, telefone, carta ou ofício.

6.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos 3 e 4.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Atores da gestão do contrato

PARTE	PAPÉIS	RESPONSABILIDADES
Contratante	Gestor	<ul style="list-style-type: none">Participar da reunião inicial;Assinar o Termo de Compromisso;Encaminhar Ordens de Serviço juntamente com o fiscal requisitante;Acompanhar a entrega da licença em nível gerencial;Atestar o recebimento das licenças da nota fiscal;Assinar o Termo de Recebimento Definitivo;Organizar reuniões de gestão do contrato;Encaminhamento de indicação de sanções à área administrativa, quando houver;Encaminhamento de pedidos de alteração contratual ao setor competente, quando houver;Encaminhar justificativa para aditamento contratual ao setor competente se julgado conveniente e oportuno;Manutenção do histórico do gerenciamento do contrato.
	Fiscal Técnico	<ul style="list-style-type: none">Participar da reunião inicial;Confirmar o cadastro como usuários externos dos signatários no SEI (preposto e signatários);Apoiar a Contratada disponibilização das licenças;Assinar o Termo de Recebimento Provisório;Fiscalizar tecnicamente o contrato;Disponibilizar os meios de acesso ao ambiente de TIC da Susep em caso de necessidade;Assinar o relatório técnico de fiscalização contratual.
	Fiscal Administrativo	<ul style="list-style-type: none">Participar da reunião inicial;Realizar a fiscalização administrativa e fiscal do contrato;Encaminhar notas fiscais para pagamento;

Contratada		<ul style="list-style-type: none"> Verificação da manutenção das condições da Contratada nas quais o contrato foi assinado.
	Fiscal Requisitante	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Encaminhar Ordens de Serviço juntamente com gestor do contrato; Assinar o Termo de Recebimento Definitivo.
	Representante legal	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Assinar a Ata da reunião inicial; Cadastrar o representante legal, o preposto e os signatários externos no SEI; Assinar o Termo de Compromisso; Apresentar o preposto.
	Preposto	<ul style="list-style-type: none"> Participar da reunião inicial; Assinar a Ata da reunião inicial; Responder pela Contratada em todos os aspectos contratuais; Disponibilizar as licenças conforme a Ordem de Serviço recebida da Susep; Apresentar os relatórios para o faturamento mensal; Apresentar Notas Fiscais correspondentes às licenças; Participar de reuniões de gestão do contrato representando a Contratada; Garantir a aderência dos serviços e entregas aos termos da contratação.
	Profissionais Contratada	<ul style="list-style-type: none"> Assinar o Termo de Ciência.

7.2. Critérios de Aceitação

7.2.1. A Contratada deverá fornecer a totalidade das licenças.

7.2.1.1. Não serão admitidas entregas parciais.

7.2.2. Após a disponibilização das licenças, a Contratada deverá demonstrar, no ambiente da Microsoft, que as licenças estão atribuídas à Susep pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses previstos neste ato, contados do dia seguinte ao final da vigência das licenças correspondentes em produção na Susep.

7.2.3. As licenças serão consideradas entregues quando atendidos todos os requisitos previstos no item 4.

7.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.3.1. O Recebimento Provisório será realizado pelo Fiscal Técnico após as atividades de entrega das licenças previstas nos itens 4.10 e 4.11, seguindo as diretrizes abaixo.

7.3.1.1. As atividades de entrega serão acompanhadas por servidor da Susep designado, a quem caberá a certificação de que os critérios de aceitação previstos no item 7.2 e os requisitos enumerados na seção 4 foram todos atendidos.

7.3.1.2. Para assegurar a continuidade dos serviços de Power BI, a Contratada deverá estabelecer o início da vigência das licenças fornecidas nos termos do item 4.5.4.

7.3.1.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nesta etapa, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3.1.4. A Contratada deverá demonstrar que as licenças estão sob a titularidade da Susep.

7.3.1.5. A Contratada deverá demonstrar que as licenças estão habilitadas no *Tenant* da Susep, assegurando a continuidade do serviço Power BI.

7.3.1.6. A Contratada deverá garantir a disponibilização das licenças Power BI Pro no mesmo *tenant* que a licença Power BI Premium P2 foi fornecida.

7.3.1.7. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes verificação dos requisitos de cada licença licitada.

7.3.1.8. O Termo de Recebimento Provisório será assinado pelo Fiscal Técnico.

7.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório das licenças, o Gestor do Contrato deverá providenciar a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega das licenças, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a

liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.3.2.2. O Termo de Recebimento Definitivo será assinado pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante.

7.3.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, conforme a Ordem de Serviço.

7.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.3.4. O trâmite para pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Administração.

7.4. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

7.4.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2. **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

I - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4 deste Termo de Referência.

7.4.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3. As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4 e 7.4.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

7.4.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.5. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, onde TX = Percentual da taxa anual = 6%, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os valores abaixo representam os preços máximos esperados para esta contratação, e foram derivados de pesquisa de preços realizada junto ao Banco de Preços, Paineis de Preços e mercado.

Id	Descrição	CATSER	Qtde	Unidade de medida	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo (R\$)
1	Microsoft Power BI Premium P2 (Licença de uso online por 12 meses)	26077	1	Licença	R\$ 734.221,94	R\$ 734.221,94
2	Microsoft Power BI Pro (Licença de uso online por 12 meses)	26077	16	Licença	R\$ 669,09	R\$ 10.705,37
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 744.927,31

8.2. Os preços desta contratação estarão limitados àqueles constantes do respectivo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, a que se refere a IN nº 01/2019 SGD art 2º, inc. XXVI.

8.3. A referida limitação de preço se aplicará apenas nos casos em que o identificador Microsoft da licença ofertada pela licitante constar do catálogo que compõe o Anexo I do Acordo Corporativo nº 8/2020 celebrado entre a Microsoft e a União (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/anexo-i-microsoft.ods/@download/file/Anexo%20I%20Microsoft.ods>)

8.4. O teor do mencionado acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>

8.5. Tais restrições estão de acordo com a IN nº 01/2019 SGD/ME, art 9º §7º; art 27; e art 39-A, §1º.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As fontes orçamentárias para esta contratação são:

PTRES: 171907

Programa de Trabalho: 04122003220000001

Fonte de Recursos: 0174017171

Plano Interno: SUSEPSI2000

9.2. As licenças serão fornecidas em sua totalidade e o pagamento será único, logo após comprovada a entrega definitiva.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

10.3. Para assegurar a continuidade dos serviços de Power BI, a Contratada deverá observar o disposto no item 4.5.4.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

11.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

11.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VI-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

11.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

11.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos

parâmetros utilizados quando da contratação.

11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12. Será considerada extinta a garantia:

11.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.14. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida subcontratação do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Será concedido o reajuste dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Os valores unitários vigentes no contrato poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses de execução contratual, mediante negociações entre as partes, aplicando-se a variação ocorrida no período correspondente ao reajuste, indicada pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>).

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

15.1.1. A forma de fornecimento é **integral**: todas as licenças serão fornecidas de uma única vez.

15.1.2. O tipo de licitação é **menor preço global**.

15.1.3. A modalidade da licitação é **pregão na forma eletrônica** nos termos do art. 1º do Decreto 10.024/2019.

15.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

15.2.1. No processo de seleção do fornecedor, serão aplicáveis as disposições quanto a preferência observadas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3. Critérios de Qualificação Técnica e Habilitação

15.3.1. A licitante melhor classificada deverá apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

15.3.1.1. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare ter a licitante fornecido licença(s) de software fabricada(s) pela empresa Microsoft, em característica e quantidades similares ao descrito no item 2 deste documento.

15.3.1.2. Logo após a homologação do pregão, a licitante deverá providenciar o cadastro dos signatários e do preposto indicado como usuário-externo do SEI, o sistema de processos da Susep. A providência visa à habilitação da assinatura remota de documentos. As instruções estão disponíveis no endereço https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

15.3.1.3. Observando a Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MPOG, artigo 10º e 12, não será admitida a contratação de sociedades cooperativas ou instituições sem fins lucrativos.

15.4. Proposta comercial

15.4.1. O **Anexo 1** traz o modelo de proposta comercial que deverá ser apresentado pela licitante com melhor lance.

15.4.2. A licitante deverá preencher o **Anexo 2 - Dados dos signatários do contrato e do preposto** e enviá-lo juntamente com a proposta comercial.

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi referenciada no DOD (1045432) e instituída pelo documento 1056679.

16.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

16.3. Assinarão este documento titulares da Equipe de Planejamento e, caso haja impossibilidade, seus respectivos substitutos.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Função	Nome	Matrícula
Integrante Requisitante	Edilson do Nascimento Meireles	3190068
Integrante Requisitante Substituto	Carla Dila Lessa Mendes	1206178
Integrante Técnico	Cristiano Machado Cesário	1742655
Integrante Técnico Substituto	Edilson do Nascimento Meireles	3190068
Integrante Administrativo	André Batistuzzo	1958552
Integrante Administrativo Substituto	Silvia Yumi Kanashiro	1799129

17. ANEXOS A ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- Anexo 1 - Proposta Comercial;
- Anexo 2 - Dados dos signatários e do preposto;
- Anexo 3 - Termo de Compromisso;
- Anexo 4 - Termo de Ciência;
- Anexo 5 - Carta de Preposição.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO MACHADO CESÁRIO (MATRÍCULA 1742655)**, **Coordenador**, em 23/09/2021, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ BATISTUZZO (MATRÍCULA 1958552)**, **Analista Técnico da SUSEP**, em 23/09/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON DO NASCIMENTO MEIRELES (MATRÍCULA 3190068)**, **Analista - BBTS, em exercício na SUSEP**, em 23/09/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO JOSÉ BRASIL DE CARVALHO (MATRÍCULA 3150604)**, **Chefe de Departamento**, em 24/09/2021, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1141684** e o código CRC **BD93BD73**.